

O absoluto como horizonte do pensamento em Joseph Marechal

The absolute as horizon of the thought in Joseph Marechal

Prof. Dr. Antônio Carlos Trindade da Silva (CES- Juiz de Fora-JF)

dasilva.anto@yahoo.com.br

Resumo: Joseph Marechal desenvolve seu sistema filosófico a partir da superação do criticismo kantiano mediante uma doutrina amplamente coerente – o repensamento do realismo metafísico da crítica tomista do conhecimento. Marechal, nesta perspectiva, demonstra que a necessidade prática e subjetiva dos postulados da razão prática consiste, de modo igual, numa necessidade objetiva e teórica. Assim, um objeto produzido no ato da afirmação é, através deste mesmo ato, um dado sensível, uma síntese objetiva (conteúdo do julgamento é referido à ordem absoluta do ser). Quando se afirma que algo existe, experimenta-se e conclui-se algo como exigível, enquanto valor, portanto, trata-se de uma axiologia. Estendendo o *a priori* e o transcendental como termos que expressam a referência do ser e do conhecer nas condições existenciais, Marechal não fecha seu pensamento no horizonte restrito de um humanismo relativo. Ele abre então este horizonte para um Absoluto que se impõe implicitamente em toda parte. Ele persegue sua investigação além das potências, além da natureza, além do sujeito e do objeto, até chegar na condição primordial de toda possibilidade, de toda existência, de todo dado.

Palavras-chave: Absoluto; Horizonte; Pensamento.

Abstract: Joseph Marechal develops his philosophical system from the kantian criticism over come through a widely coherent doctrine – the rethinking of the metaphysical realism of the thomist criticism of knowledge. Marechal, in this perspective shows that the practical and subjective need of the practical reasoning postulates consists, on an even manner, in a theoretical and objective necessity. This, an object produced on the act of affirmation, is through this same act, a sensible fact, an objective synthesis (the content of the judgement is reported to the absolute order of being). When one affirms that something do exist, one experiences and concludes something as requirable, while value, therefore, it is regarded as an axiology. Widening the *a priori* and the transcendental as terms that express the reference of the being and the knowing on the existential conditions, Marechal doesn't close his thought on the restrict horizon of a relative humanism. He opens then his horizon for an Absolute which imposes itself everywhere. He pursues his investigation beyond the potencies, beyond nature, beyond the subject and the object, until reaching the primordial condition of all possibility, of all existence, of all fact.

Key words: Absolute; Hotizon; Thought

1. Considerações iniciais

Segundo Joseph Marechal¹, a metafísica é a ciência humana do absoluto. Ela traduz imediatamente a percepção de nossa inteligência pelo absoluto, percepção que não é um domínio conquistado, mas um princípio interno de vida.

O absoluto, na filosofia marechaliana, pode ter dois sentidos: ou ele designa o ato puro, absoluto sendo independente de qualquer outra coisa; ou ele designa o objeto em si, como independente da própria operação afirmativa.

No primeiro sentido, o Absoluto é condição prioritária de todo ato de afirmação, mas essa tese só será provada no final do relato. No segundo sentido, a cada ato de afirmação, a posição do absoluto é evidente para a reflexão crítica e pode, então, servir de ponto de partida do raciocínio marechaliano.

Assim, a metafísica é, para Marechal, uma ciência fundamental que exprime, em uma linguagem humana, nossa mira do divino e a influência do Absoluto, Ato puro, sobre nossa existência.

Antes de poder elaborar uma ciência, antes de qualquer pensamento, antes qualquer ato [...] já existe a presença do Absoluto. Mergulhamos na sua luz, agimos sob seu impulso: é ele que age em nós. Impossível escapar de sua influência, impossível de se privar, de desprezá-lo. Devemos dar importância a isto pois foi ele quem nos compreendeu desde nosso nascimento, porque a cada ato comungamos à sua bondade. (DIRVEN, 1965, p.150).

¹ Joseph Marechal é um filósofo e teólogo pouco conhecido nos meios acadêmicos, constituindo-se, por isso mesmo, e lamentavelmente, uma ausência entre os estudiosos da filosofia contemporânea. Apenas os que se interessam pela corrente neo-escolástica, e particularmente do neotomismo, ou os que pertencem à tradição filosófica lovaniense, têm algum conhecimento da obra de Marechal e alguma idéia de sua importância para a investigação filosófica da primeira metade do século XX. É verdade que sua influência permanece como fonte primeira, embora nem sempre explicitada, nas chamadas correntes do Tomismo Transcendental, sobretudo na Alemanha e na França. Marechal viveu e desenvolveu toda sua obra nos meios acadêmicos da Alemanha e França e ainda no Escolasticado da Companhia de Jesus de Louvain. A originalidade de seu pensamento não poderia deixar de despertar reservas e, também muitas polêmicas. Parte de sua produção intelectual experimentou dificuldades em obter licença para a impressão, e sua difusão foi bastante restrita e limitada apenas a alguns estudiosos. A segunda causa residiu justamente na originalidade do pensamento marechaliano em face da rotina repetitiva que dominava boa parte da produção neo-escolástica. Marechal não foi um escritor fecundo e difuso. Seus textos são redigidos em estilo sóbrio, conciso e obedecem a uma lógica rigorosa. Desta sorte, o acesso a seu pensamento não deve enfrentar longos e fastidiosos volumes. Toda sua obra está recolhida nos cinco cadernos sob o título *Le point de départ de la Métaphysique* (1923-1927), dos quais apenas quatro foram publicados durante sua vida (I, II, III, V), sendo o quarto editado postumamente (1947).

A presença do divino é como um pressuposto de toda a metafísica. Tal pressuposto não é um preconcebido. Para ser verídico, ele exige uma demonstração.

A atitude inicial de Marechal fica, então, em oposição aberta à orientação geral da ideologia kantiana. Ela marca uma verdadeira inversão de perspectiva, uma inversão nos pontos de vista filosóficos, principalmente daqueles que se modelaram na revolução copérnica de Kant. Se, para Kant, o homem se encontra no centro da filosofia, para Marechal, é Deus. “Se houver verdade a qual tudo nos conspira, uma verdade que vivemos, mesmo antes de conhecê-la, e que podemos perceber com certeza antes mesmo de submetê-la ao controle da prova por conceitos, com certeza é a existência de Deus”(DIRVEN, 1965, p.151).

Não que esta verdade vivida e inconseqüente prove a validade do raciocínio em si, mas serve como um índice de orientação. O controle racional, direto ou indireto, vem em seguida garantir a firmeza de nossa afirmação espontânea de Deus.

Marechal enfatiza que se uma doutrina não conhecer o Absoluto como condição de possibilidade da realidade é incapaz de dar uma explicação coerente desta realidade mesma, da nossa maneira de compreendê-la e da maneira em que as provas da existência de Deus segundo São Tomás podem ser legitimamente interpretadas.

Sua conclusão foi desde então lógica: aquele que parte do humano, da evolução subjetiva, do ideal esperado pela atividade espiritual, ou do pensamento-ação, atingirá certamente uma perfeição ulterior à própria ação – o último fim subjetivo do agente, diriam os escolásticos – deve ser possível se a ação, ela mesma, for racional. Aqui se abre o horizonte do divino. Para atingi-lo, basta uma mudança de perspectiva, uma conversão da exigência dinâmica para o pressuposto especulativo, do dever-ser para o ser necessário; pois é somente como condição objetiva de possibilidade da perfeição subjetiva da ação, é somente como fim último objetivo que a existência de Deus se impõe ao nosso consentimento.

A inteligência humana, diz-ele, não é um simples espelho refletindo passivamente os objetos que passam por ele, mas uma atividade, orientada no seu mais profundo íntimo para

um último termo, o único onde ela possa se concentrar completamente para o Ser absoluto, Verdadeiro e Bem absolutos. O Absoluto põe sua marca na tendência lógica de nossa inteligência; assim, esta tendência ultrapassa constantemente as percepções particulares, sempre relativas quanto particulares. (MARECHAL, 1938, p. 120).

Essa visão era também o resultado de uma inversão dos termos do problema. Diante da tentativa de explicação dos fenômenos místicos, era preciso se perguntar se não seria mais lógico apresentar o real, a afirmação e o objetivo e procurar ver como isto se desagrega ou se desdobra na dúvida e no subjetivo.

2. O absoluto do ser, a ordem ontológica

Marechal quer por em obra em todo sentido uma nova revolução copernicana. Ao invés de envolver a epistemologia no horizonte humano e de rodear as criaturas e os seres em volta do homem, o homem, ele mesmo, e todo ser serão orientados em direção ao Absoluto, Ato puro, o qual serão dependentes.

No entanto essa revolução só será possível se toda solução de um problema qualquer de filosofia, toda discussão sobre os valores do kantismo, toda explicação de conceitos próprios, enraizarem-se com um pressuposto radical, o absoluto, aqui o absoluto objetivo, posto em toda aplicação do primeiro princípio. Uma percepção da realidade só será possível se toda afirmação for relativa, necessariamente e legitimamente, ao seu conteúdo no absoluto do ser, ou seja, que um conhecimento puramente fenomenal seja impensável e impossível.

O contrário da sentença o pressuposto na percepção de Marechal é *actus prior est forma*. Porque o Ato puro condiciona toda a existência, é impossível ter uma explicação da existência sem se referenciar a esse Ato. A visão vai se impor à inteligência porque a inteligência ela mesma está sempre ativa na ordem ontológica do ser. Nesse lugar, o aspecto existencial e dinâmico de nossa existência concreta tem ainda uma preeminência sob o aspecto formal.

Segundo os escolásticos, um existente isolado que tem a atualidade de uma forma é inexplicável. É esta visão que dirigiu os trabalhos de exploração de Marechal.

Portanto, não basta só afirmar uma certa posição doutrinal; é preciso também provar ou pelo menos demonstrar o *bien-fondé*.

Para poder, finalmente, concluir o Ato puro como centro de toda existência, é preciso mostrar no processo da pesquisa ou da intuição marechaliana onde se baseia a teoria ou hipótese sobre a afirmação do absoluto objetivo em cada ato, antes mesmo de poder aceitar as conseqüências. Deve-se indicar onde se situa esse absoluto; indicar também, sua presença e para bem dizer o modo de operação, o funcionamento (DIRVEN, 1965, p.154)

De uma certa forma, todo o sistema servirá como confirmação da hipótese marechaliana e da doutrina tomista. Os antigos discutiram sobre a crítica do conhecimento na via metafísica e perceberam que o conteúdo bruto do espírito apresenta elementos contraditórios, que não podem, então, indistintamente, ser objeto de afirmações legítimas; o problema era introduzir, no conteúdo do espírito, as distinções e as sobreposições necessárias, a fim de preservar o primeiro princípio normativo, sempre mantendo a necessidade absoluta e universal da afirmação. A crítica objetiva do conhecimento quase finda nos gregos e atinge seu ponto culminante no aristotelismo de São Tomás (Cf. DIRVEN, 1965, p. 155).

Em cada pensamento existe uma relação entre a verdade e o ser. É então normal concluir que além do pensamento deve existir uma outra regra que sustenta o pensamento, levando em conta o que é verdadeiro ou falso.

Essa regra deve, acima de tudo, envolver um valor absoluto e eterno. Ora, na afirmação, na negação e na dúvida quer dizer que, a cada ato de nossa inteligência, o ser sempre se opõe ao pensamento atual, o absoluto no relativo. Nosso espírito é radicalmente incapaz de pensar no vazio absoluto porque ele é incapaz de tomar uma atitude, seja por pura negação, seja por pura vontade: num esforço crítico pode-se dizer que o ser sustenta o não-ser, a afirmação sustenta a negação, o querer apóia a vontade. No modo especulativo se escapa a uma verdade objetiva; no modo prático não se escapa a um fim absoluto: tanto pelo pensamento quanto pelo poder, deposita-se sempre então categoricamente o ser. Fora do pensamento deve então existir um ser com caracteres absolutos e eternos.

3. A atitude contemporânea: negação da norma absoluta

É evidente que a existência de um pensamento, de uma verdade ou de um ser não implica nenhuma relação de um relativo ao absoluto nem um fim absoluto nem um ser posto categórica e perpetuamente de maneira absoluta. Sabemos que nosso pensamento, nosso fim, nosso ser apresentam, pelo contrário, sinais totalmente diferentes: nada em nós é absoluto e não entendemos por que nem como alegar que do relativo se possa gerar um absoluto. Dizer que o relativo sustenta o absoluto ou que o absoluto sustenta o relativo, que ele é a fonte, é talvez uma explicação comumente e tradicionalmente aceita, mas que não se impõe. Aquele que entende a estrutura do ser e a natureza da existência no mundo, percebe que ela é desenvolvida nela mesma, sobre ela mesma, para ela mesma.

Desse modo, contra todo apelo ao absoluto se ergue a seguinte afirmação, fundamental para alguns espíritos: é impossível ir além do que sou, do que conheço, do que trato. Mesmo se houver afirmação como autônomo total num ato de liberdade espontânea, gratuita; mesmo ao considerar o ato como um tipo de auto-criação – uma posição própria onde a fonte se encontra em mim mesmo – em outras palavras: mesmo se se examinar o ato o mais elevado, que parece ultrapassar o determinismo assim como a contingência, mesmo então – e principalmente, – ainda se é o eu mesmo.

Este eu, é verdade, não é mais o eu limitado, acanhado, de um psicologismo doentio, ou a palavra-chave de um racionalismo fechado sobre ele mesmo [...] ele é um experimento como fonte de toda atividade, lógica, psicológica e moral, como iniciativa, [...] Mas é só o meu (ego). Impossível deduzir daí a existência de um absoluto : não o atingiremos jamais. (DIRVEN, 1965, p. 167)

Pretende-se, assim, atingir algo que excede o *eu* pessoal e a situação presente: o ser que, ocultando-se, não é menos que uma realidade.

Diante disso, o homem tem até mesmo a obrigação de se voltar para a explicação, para um esclarecimento mais consciente, que encobre o suposto além, que está ao alcance. Enunciando o sempre transcendente, ele justamente concretiza, na imanência de sua própria existência, a atualidade deste transcendente. Nesta revelação progressiva aposta-se no destino do homem e de sua história. O homem é verdadeiramente homem e a história só

tem sentido quando se mergulha nesse misterioso abismo de onde jorram as fontes de vida, de consciência, de realidade atual.

4. O fenomenismo absoluto

Marechal mostra por alto uma crítica do fenomenismo absoluto. De certa forma, a objeção desse fenomenismo já estava contida na objeção da dúvida metódica e radical.

O que o fenomenismo defende é algo compreensível e, à primeira vista, totalmente legítimo. Ele sustenta que o homem só pode conhecer o humano e isto *ad modum humani*.

O homem constata que, apesar de seu desejo legítimo para a unidade, apesar da afirmação da verdade e de ser contida a cada julgamento, uma incerteza irremediável e radical ataca e dissolve a própria forma de toda verdade lógica. O primeiro princípio racional, o princípio da identidade ou de contradição, parece flutuar na dúvida, pois em todo objeto só se conhece o fenômeno transitório, o aparecimento efêmero de uma forma que permanece sempre estranha. A subjetividade do ser perverte tudo o que ela toca.

No conhecimento, o objeto permanece fora, fechado aos nossos olhares ávidos de conhecer. O que se conhece, o fenômeno, o objeto imediato, está sempre em uma oposição mais ou menos reconhecida cujo conhecimento é o objeto ou o fenômeno.

Contudo, reconhecer que existe uma oposição já é aceitar mais do que o realismo tomista de Marechal exige. A polêmica deve começar desde que se pretende só conhecer o fenômeno interno. A primeira questão é: se no ato direto da percepção, ato imanente, o objeto imediatamente conhecido é ou não é a espécie como tal, ou seja, a forma particular deste ato. Reconhece-se aqui a questão discutida por São Tomás na Suma Teológica (1944). A conclusão em comum de São Tomás e de Marechal é muito explícita. É impossível que a espécie seja o objeto direto e próprio de seu conhecimento. O que se conhece diretamente, é o objeto mesmo, a realidade (TROISFONTAINES, 1953, p.10)
Pois:

[...] ou só julgamos a aparência subjetiva atual, e nenhum julgamento é absolutamente verdadeiro ou falso, se todos são verdadeiros todos são falsos pois se contradizem, ou a *species intelligibilis*, ou seja, a determinação subjetiva atual de nossa inteligência, não faz função de objeto primário, mas

somente de forma caracterizada segundo a qual o ato intelectual se dirige diretamente ao objeto. Deve se escolher entre esta verdade imediata do objeto e a negação mesma do “primeiro princípio” como norma dos julgamentos. (TOMAS DE AQUINO, 1944, I, 85, 2).

O argumento principal se resume então nesta única acusação capital: por que ele desconhece a lei do princípio de identidade, o fenomenismo se condena por ele mesmo à contradição interna que se destrói por si mesma.

Por definição a espécie como tal é uma modalidade accidental do nosso conhecimento: ela pertence ao sujeito como um simples reflexo fugitivo, um fato bruto, um puro momento fluente e inconsistente; ela não exclui nenhuma variabilidade; ela pode parar de ser, assim como ela pode não ter sido: ela é uma relação sem essência. Mas de onde virá sua consistência, a necessidade, a capacidade de ser aplicada validamente a um objeto ou a vários?

Somente o princípio de identidade pode lhe conceder essas qualidades. O que o elemento bruto, por ele mesmo, não expressa ainda, o princípio de identidade lhe impõe: a referência ao ser. Se o elemento em si permanece transitório, inconstante, contingente, pelo menos a relação estabelecida entre o elemento e o ser oferece um aspecto não transitório, imutável, absoluto.

A união do primeiro princípio ao elemento subjetivo ou à espécie confunde-se assim, com a objetivação mesma desse elemento: com a síntese primordial desse elemento ao ser. A afirmação objetiva vai então além do conteúdo bruto, fenomenal da espécie.

E, nesse sentido, ele mostra como o Absoluto pode se re-introduzir, afirmando e provando que a existência divina está implicitamente posta em cada ato da inteligência, e que Deus ocupa um lugar central no nosso pensamento e nosso agir. Sem o Absoluto nenhuma objetividade é garantida e as prerrogativas essenciais do conhecimento se dissipam num vago relativismo ou um idealismo subjetivo.

5. Considerações finais

Marechal prova que uma crítica transcendental inclui sempre um apelo aos pressupostos metafísicos; que ela só é totalmente compreensiva e eficaz num dinamismo

reflexivo; e que os problemas metafísicos criados por ela se resolvem unicamente no ato, ou seja, na afirmação do ser. Os problemas do uno e do múltiplo, do contingente e do absoluto, da representação e da significação, do agnosticismo e da cognoscibilidade metafísica, só tem, segundo ele, uma solução adequada numa posição atual, que é ao mesmo tempo idealidade e realidade, consciência e vida. É esta a sua posição firme e definitiva da qual ele nunca se distanciou: só o ato vital faz a pergunta e pelo próprio fato a resolve.

Ele abre então o horizonte para um Absoluto que se impõe implicitamente em toda parte. Persegue sua investigação além das potências, além da natureza, além do sujeito e do objeto, até chegar na condição primordial de toda possibilidade, de toda existência, de todo dado.

Referências:

DIRVEN, E. *De la forme a l'acte: essai sur le thomisme de Joseph Marechal*. Paris: Universelle, 1965.

MARECHAL, Joseph. *Etudes sur la psychologie des mystiques*. Paris: Universelle, 1938. v. 1.

TOMÁS DE AQUINO, S. *Suma Teológica*. São Paulo: Siqueira, 1944.

TROISFONTAINES, R. *De l'existence à l'être*. Louvain: Vrin, 1953.

Data de registro: 15/11/2009

Data de aceite: 29/03/2010